8
O cidadão jornalista

> "Uma 'época' não preexiste aos enunciados que a exprimem nem às visibilidades que a preenchem."
>
> (G. Deleuze)

Neste capítulo, examinaremos outra camada do vídeo que elegemos como objeto de análise. Esse tipo de material costuma ser enquadrado na prática do "jornalismo cidadão", que constitui um amplo espectro de atividades possíveis. No contexto em que se afirma que o cidadão comum pode atuar como um jornalista no seu cotidiano, surgem estas perguntas: que tipo de jornalismo cidadão ocorre nesta interação? Como esse tipo de jornalismo emerge e é negociado no curso da interação registrada no vídeo? Na primeira seção do presente capítulo, responderemos a essas perguntas, caracterizando o vídeo como um tipo de jornalismo cidadão incriminativo. Já na seção seguinte, discutiremos quais são os limites do empoderamento do cidadão que é proclamado nesse contexto.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

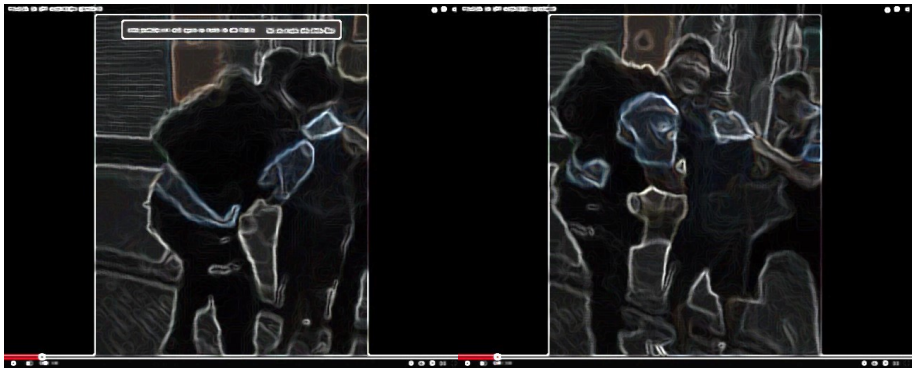
8.1
O jornalismo cidadão incriminativo

No excerto abaixo, podemos observar que, desde o início, já se torna relevante um tipo de jornalismo incriminativo, pois a primeira fala do cinegrafista amador já reporta e avalia a cena física como um caso de abuso policial. Observe.

EXCERTO 7

```
16  JOÃO          calma aí mano me ↑solta calma a↑í
17                (.)
18  JOÃO          calma aí ô=
19  ROBERTO                 =algema [ele aí pode algemá ele algema
20                ele]
21  VITOR                           [policial agredindo morador na
```

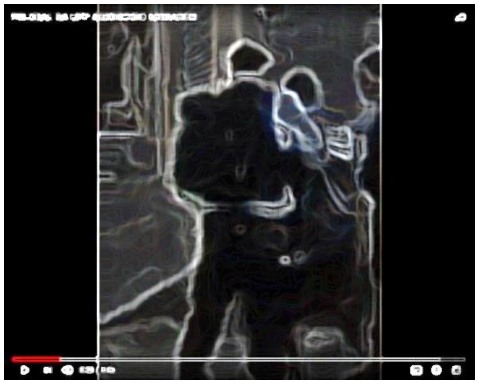
22 hora que chegô-] acabô de che[gá do trabalho]
23 RENAN [é o QUÊ?] ((*vira-se*
24 *para Vitor*)) vai me dá uma que-, vai me dá uma
25 queda ((*rindo*)) ele falô que vai me dá uma queda



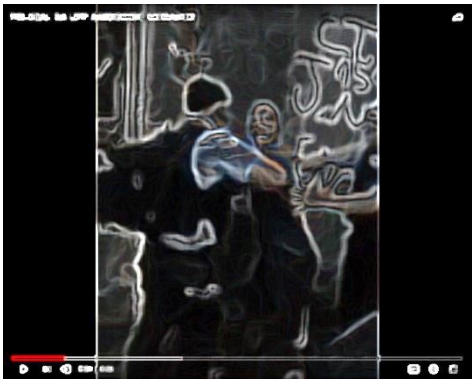
(Fig. 2: imagem da linha 22)

(Fig. 3: imagem da linha 23)

26 (0.8)
27 JOÃO ah >o senhor vem< quer me esculachá=
28 LUÍS ((*encosta João na parede com Renan*))=bota- parado
29 aí bota a mão na parede não tem nin↑guém
30 esculachando=
31 JOÃO =aí, vitor, chama a rita aí ((*vira-*
32 *se para Vitor*))[chama a rita aí]



(Fig. 4: imagem da linha 30)



(Fig. 5: imagem da linha 31)

33 LUÍS [não tem ninguém] esculachando
34 JOÃO ih, eu vou te dar uma [↑queda mano qual foi]
35 LUÍS [(tem ajuda aí tem aqui)]
36 RENAN vamo rapá [tenta a sorte tenta a sorte]
37 LUÍS [vai dá queda? vai dá queda aqui ó]

A primeira contribuição de Vitor para a conversa é uma formulação que se assemelha a uma manchete jornalística ([policial agredindo morador na hora que chegô-] acabô de che[gá do trabalho] – linhas 21 e 22),

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

apresentando não apenas a ação, mas também elementos importantes para a sua compreensão como quem são os envolvidos no que está acontecendo, e como e quando se dão esses acontecimentos. Essa fala não é dirigida a nenhum dos participantes do "aqui e agora" da interação. Parece, portanto, dirigida a uma audiência projetada, a qual Vitor está fazendo ver não apenas por meio do que filma, mas também por meio das suas palavras.

Sua manchete poderia ser voltada para a dificuldade que os policiais enfrentam para prender um suspeito, por exemplo, mas ele se engaja, desde o início do vídeo, na construção de outra leitura do que registra, a de uma irregularidade na prática policial. Sua perspectiva enfoca a ação como problemática, deixando claro que não se trata de qualquer tipo de registro, mas de um vídeo produzido com o propósito de realizar uma denúncia. Por meio de um trabalho de categorização, o ato é construído interacionalmente como truculento – um uso excessivo da força ([`policial agredindo morador` – linha 21) – e injusto – uma sanção a uma pessoa que não deveria ser punida (`na hora que chegô-] acabô de che[gá do trabalho]` – linhas 21 e 22).

Na sua formulação, Vitor emprega o predicado de trabalhador, que está atrelado à categoria de inocente, em oposição à de traficante, por exemplo, no contexto das comunidades (`na hora que chegô-] acabô de che[gá do trabalho]` – linhas 21 e 22). Assim, aponta para uma injustiça. Como afirma Mikula (2003:795), "afirmar que algo é injusto significa mais que uma avaliação negativa de uma dada ação ou situação. Isso implica uma acusação moral de um agente que é tornado 'accountable' pelo estado negativo das coisas"[1]. Portanto, a partir da formulação produzida pelo cinegrafista amador e de seu cuidadoso trabalho de categorização, o policial que aparece na tela é acusado de se comportar de um modo que viola tanto as normas legais quanto morais da sociedade.

Essa manchete produzida por Vitor não resulta de escolhas que sejam aleatórias, tampouco que deixam de ter consequências significativas para a interação. Segundo Schegloff (1988:19), as descrições são veículos para ações e "são observadas pelos demais participantes para ver o que os falantes estão

[13] Do original: "calling something unjust means more than a negative evaluation of a given action or situation. It implies a moral accusation of an agent who is accountable for the given negative state of affairs".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

fazendo ao falarem dessa forma, ao descreverem as coisas dessa forma"[2]. Pode-se perceber, na sequência, que os participantes dessa interação, de fato, se orientam para a ação veiculada pelas descrições de Vitor. No turno seguinte, o policial parece se reconhecer como alvo da denúncia e aponta para uma suposta ameaça de João, usando como recurso o discurso relatado (`[é o QUÊ?] ((vira-se para Vitor)) vai me dá uma que-, vai me dá uma queda ((rindo)) ele falô que vai me dá uma queda` – linhas 23 a 25). Desse modo, o agente parece estar introduzindo uma defesa em resposta à acusação feita no turno anterior. Justifica-se esse entendimento pelo fato de que "dar uma queda" não seria uma atividade atrelada à categoria de inocente, atribuída por Vitor ao suspeito.

Como se pode observar nas imagens, a ação de conter João e algemá-lo se desenrola em um ponto, mas o policial volta o seu olhar e a parte de cima do seu corpo para outro lado ao fazer esse relato (figuras 2 e 3). Renan torce o tronco e o pescoço, voltando sua cabeça para a direção da câmera para então dar sua resposta e, assim, indica que não está engajado apenas na ação de conduzir um suspeito à delegacia, mas também está orientado para uma audiência projetada. A denúncia de uma injustiça pressupõe a culpa de alguém, o que faz com essa pessoa seja projetada na interação como *accountable*. Conforme explicam Folger e Cropanzano (2001:1): "Quando as pessoas identificam uma instância de tratamento injusto, elas tornam alguém 'accountable' por essa ação (ou falta de ação) que ameaça o bem-estar físico ou psicológico de outra pessoa"[3]. Assim, a denúncia realizada por Vitor para observadores distantes leva os policiais à construção de um *account*. Na lógica que os policiais apresentam indiretamente ao público, o rapaz deve ser conduzido de fato à delegacia porque apresenta um comportamento violento, tornando-se suspeito.

Embora o formato escolhido pelo policial para a sua resposta possa nos levar, inicialmente, a imaginar que sua ação se trata de um reparo (Schegloff, Jefferson e Sacks, 1977), a análise sequencial mostra que não há um problema de

[14] Do original: "descriptions are inspected by co-participants to see what their speaker is doing by talking in that way, by describing in that way".
[15] Do original: "when people identify an instance of unfair treatment, they are holding someone accountable for an action (or inaction) that threatens another person's material or psychological well-being".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

intersubjetividade. Ao perguntar "É o quê?", Renan não está tentando esclarecer o que foi dito para que a conversa possa seguir o seu fluxo. Com um olhar atento ao contexto, percebemos que este é um turno em que o policial chama a atenção da audiência projetada para a ação de João no turno anterior. Assim, há o oferecimento de uma versão alternativa para a manchete criada por Vitor, compreendida como um movimento midiático, já que o policial também começa a se engajar na construção de sua imagem para uma audiência projetada.

Em resposta ao maior uso da força por parte dos agentes nesse momento, João faz uma ameaça direta aos policiais (`ih, eu vou te dar uma [↑queda mano qual foi]` – linha 34)[4]. Eles respondem propondo ironicamente um desafio (`[(tem ajuda aí tem aqui)]` – linha 35; `vamo rapá [tenta a sorte tenta a sorte]` – linha 36; `[vai dá queda? vai dá queda aqui ó]` – linha 37). Nesse momento interacional, outra resposta do policial à fala de João é uma ação que aparentemente poderia ser entendida como um reparo `[vai dá queda? vai dá queda aqui ó]` – linha 37). Sua pergunta poderia nos fazer supor que há um problema de audição ou entendimento em relação a um turno anterior, porém, não se trata de um reparo iniciado por outra pessoa, mas se trata, sim, mais uma vez, de uma ação que chama atenção da audiência para um comportamento violento do rapaz que o cinegrafista amador tenta categorizar como inocente.

O lugar central da audiência oculta nessa interação, como quem vai acatar ou não a denúncia, torna-se mais evidente quando o policial faz um pedido para que vejam o que está acontecendo, empregando, para isso, o termo coloquial "ó", que consiste em uma abreviação do verbo "olhar" no imperativo ("olha"). Assim, vemos que a denúncia e a defesa dos policiais caminham paralelamente à ação de conduzir o suspeito à delegacia. Nessa perspectiva, observamos que esse vídeo amador não se assemelha a um tipo de jornalismo produzido pelas mídias tradicionais, nos quais se nota a busca por uma aparente imparcialidade. Aqui, vemos um registro que se compromete, desde o princípio, com um ponto de vista. O cidadão define para o público quem é a vítima, o que tem consequências para a

[16] Se ocorreu a primeira ameaça, relatada antes pelo policial que estava mais próximo ao suspeito, não pudemos ouvi-la, por isso, não está inserida na transcrição. A ação teria se dado no mesmo momento em que Vitor produz a manchete para a audiência. Teria, havido, portanto, uma sobreposição. Dessa vez, porém, a ameaça pôde ser ouvida e, consequentemente, foi transcrita.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

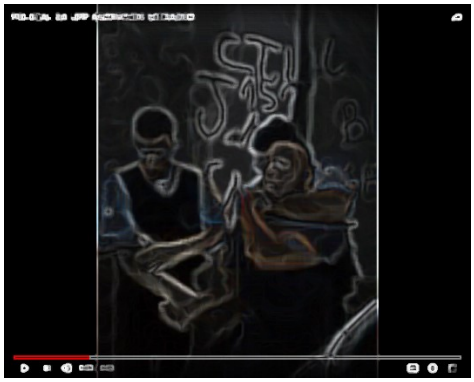
interação. Uma delas é a refutação da culpa por parte dos policiais, a partir do entendimento de que estão sendo projetados para uma possível audiência virtual como *accountable*.

O excerto a seguir mostra outro turno de Vitor em que o rapaz apresenta uma prova de autoria para a concretização de sua denúncia e realiza uma avaliação negativa da ação dos policiais, projetando-os novamente como quem tem que explicar suas ações. Os policiais começam a tentar algemar o suspeito após ameaças e desafios feitos tanto por João quanto por eles. Porém, como o suspeito resiste à ação policial, os agentes têm que aplicar ainda mais da sua força física para conseguir imobilizá-lo e algemá-lo. Diante disso, seguindo a linha incriminativa, o cidadão-repórter questiona a maneira como o suspeito está sendo imobilizado e identifica, para o público, um dos policiais envolvidos na ação. Observe.

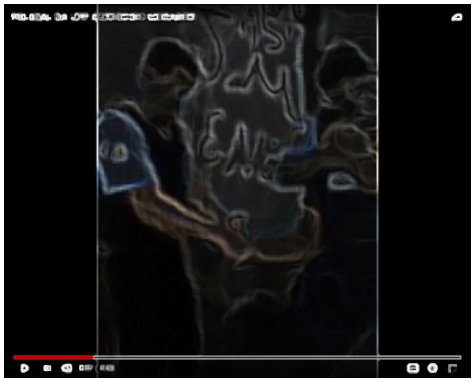
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

EXCERTO 8

38 JOÃO eu sou faixa preta mano
39 ROBERTO algema ele aí ((*entrega as algemas para Luís*))
40 JOÃO não
41 (0.5)((Luís tenta colocar as algemas))



(Fig. 6: imagem da linha 40)



(Fig. 7: imagem da linha 41)

42 JOÃO [ah ra- ah] ((debate-se, mas não consegue falar
43 pelo modo como está sendo imobilizado por Renan))
44 VITOR [<luís filho>] é o nome de um,
45 (1.8)
46 ROBERTO vai dá queda em quem guerreiro=
47 VITOR =ow não é dessa
48 forma não cara não é dessa for-
49 JOÃO ah a:: pô cara:: qual foi qual foi ↑cara cê quer
50 escula[cha-] ((*com voz alterada chorosa*))
51 ROBERTO [calma] ↑aí: cara calma ↑aí: véio

52 JOÃO (calma aí o)
53 (0.6)
54 JOÃO pô pera↑í:: mano qual foi quer me esculachá
55 parceiro qual ↑foi mano
56 (.)
57 JOÃO qual foi
58 (.)
59 ROBERTO [segura aí]
60 JOÃO [nós tamo aí mano] eu tô respeitando
61 (.)
62 LUÍS ↑ah tá respeitando ninguém
63 (.)
64 LUÍS não tá respeitando ninguém. ((*puxa o braço de*
65 *João e começa a algemá-lo*))

O excerto se inicia em um momento em que João se debate e não consegue nem falar porque um policial muito maior que ele o segura pelo pescoço (figura 7). Como se vê na linha 44, nesse instante, Vitor identifica, para a audiência oculta, um dos responsáveis por essa ação ([<luís filho>] é o nome de um,). De acordo com Menezes (2015:367), no contexto das comunidades "pacificadas", as chances de um morador denunciar uma arbitrariedade policial são maiores que as de denunciar a violência sofrida por um traficante, porém são ainda muito reduzidas, pois dificilmente acreditam que isso possa, de fato, resultar em alguma punição. Nesse sentido, é possível que Vitor esteja tentando garantir que haverá uma reposta efetiva para a sua denúncia. O registro da autoria pode ser movido também por seu possível efeito na redução do uso da força na interação situada, isto é, pode ser uma estratégia para impedir que o conflito atinja uma escala ainda mais elevada.

Outra ação de Vitor que segue a mesma linha é a avaliação negativa que o rapaz produz em relação à forma como os agentes estão tentando imobilizar e algemar o suspeito (=ow não é dessa forma não cara não é dessa for- - linhas 48 e 49). Essa crítica é endereçada ao policial que usa mais da sua força para fazer com que a ordem de acompanhá-lo até a delegacia seja cumprida. Mas é possível perceber que, com sua fala, Vitor também tem como alvo os observadores ocultos, já que aponta para uma irregularidade na ação que o vídeo, desde o princípio, denuncia.

João começa a se alinhar com Vitor nessa construção, para o público, de um entendimento daquilo que está acontecendo como uma ação problemática (ah a:: pô cara:: qual foi qual foi ↑cara cê quer escula[cha-] ((*com*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

voz alterada chorosa)) – linhas 49 e 50). Para isso, usa a categoria nativa do "esculacho", o agir de modo violento, sem respeitar a dignidade do outro (Pires, 2011). Assim, a denúncia que se apresenta aos observadores distantes não é apenas a de que os policiais estão prendendo uma pessoa que não deveriam, mas também a de que estão dando a esse cidadão um tratamento humilhante.

O "esculacho" tem sido, historicamente, relacionado a uma conduta que ignora as bases legais da atuação da polícia nas comunidades. A situação é considerada ainda mais grave pelos moradores quando a vítima é um trabalhador, isto é, quando o policial não é capaz nem sequer de discernir quem está, de fato, envolvido com atividades criminosas, e emprega a violência de modo indiscriminado (Menezes, 2015:220). Recai sobre os agentes que aparecem no vídeo essa acusação e há um alinhamento entre Vitor e João para a defesa desse ponto de vista.

Observa-se ainda uma escolha lexical que agrava a responsabilidade dos policiais pelos seus atos. O uso do verbo "querer" aponta para a intencionalidade dos agentes ao adotarem uma conduta inadequada (ah a:: pô cara:: qual foi qual foi ↑cara cê quer escula[cha-] ((*com voz alterada chorosa*)) – linhas 49 e 50; pô pera↑í:: mano qual foi quer me esculachá parceiro qual ↑foi mano – linhas 54 e 55). Esse é mais um recurso implicativo de culpa, uma vez que cria uma ideia que se opõe à de uma ação por obrigação ou necessidade. Montada (1991:14) ressalta essa relação entre a intenção e a culpa: "a experiência da injustiça está associada com um ressentimento em relação a um agente cujas ações ou omissões livremente adotadas levaram a 'consequências injustas'".[5] O choro de João nesse momento da interação também é bastante significativo, pois a demonstração de afeto pode demonstrar ou intensificar uma avaliação crítica de alguém sobre uma ação que está em curso (Buttny, 1993:87).

João ainda busca se apresentar como alguém que está respeitando os policiais, a fim de fortalecer a noção de injustiça ([nós tamo aí mano] eu tô respeitando – linha 60). Luís, porém, se alinha com Renan no trabalho de refutação dessa acusação. Através de uma formulação extrema (Pomerantz, 1986)

[17] Do original: "the experience on injustice is associated with resentment towards and agent whose freely chosen actions or omissions lead to 'unjust consequences'".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

(↑ah tá respeitando ninguém – linha 62), o policial nega a afirmação do suspeito, que declarou ter um comportamento respeitoso. Com essa negação, ele não somente aponta para uma conduta violenta ou desobediente do rapaz, como defende a legitimidade da ação policial. Assim, mais uma vez, um *account* é produzido a partir do entendimento de que o que está sendo produzido é uma denúncia.

Percebemos, a partir dos excertos 7 e 8, portanto, que Vitor é visto pelos outros participantes da cena como um jornalista, que realiza uma denúncia para a sociedade. O tipo de jornalismo ao qual adere não é o que busca apresentar de maneira aparentemente imparcial os acontecimentos registrados, mas algo semelhante ao trabalho de um repórter que denuncia um problema social. A sua ação de denunciar o que está acontecendo para uma audiência projetada faz com que os policiais se engajem em um trabalho de defesa, pautados na estratégia de contra-acusação, e faz com que o rapaz que está sendo conduzido à delegacia passe a se engajar também na denúncia.

A prática desse tipo de jornalismo, incriminativo, tem suscitado discussões sobre o empoderamento do cidadão comum (Antoun e Malini, 2013). Aquele que vigia torna-se vigiado e, nessa nova posição, pode ser incriminado por um mal-feito. Porém, há também na literatura um questionamento sobre se, nessa nova condição, o cidadão-jornalista entra de fato numa relação menos assimétrica com o outro (Moretzsohn, 2006). Por isso, na seção seguinte, examinaremos, mais especificamente, como se dá na e pela interação essa distribuição de poder entre o cidadão-jornalista e os agentes da segurança pública, focalizando especialmente as perguntas elaboradas pelo cinegrafista amador e as respostas concedidas (ou não) pelos policiais.

8.2
O empoderamento do cidadão

Goody abre seu ensaio "Towards a Theory of Questions" (1978) com uma questão que muitos analistas do discurso têm incansavelmente buscado, nas últimas décadas, responder: "o que é isso que fazemos quando realizamos uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

pergunta?"[6]. De fato, caracterizar uma sentença como uma pergunta pode ser uma tarefa simples, mas compreender qual é a ação veiculada por ela exige uma análise cuidadosa. Isso porque as perguntas podem ser veículos para as mais diversas ações (Schegloff, 2007b:9), como, por exemplo, convites: "Por que você não vem me ver?[7]" (Schegloff, 1984); oferecimentos: "Gostaria de uma xícara de café?"[8] (Schegloff, 1995b); reclamações: "Por que temos que ir lá?"[9] (Schegloff, 1984); e pedidos: "A Judy está?" [10](Schegloff, 1995b).

No vídeo que analisamos nesta pesquisa, um aspecto a ser explorado é o da função das perguntas, uma vez que elas são frequentemente utilizadas por quem grava em vídeo essa cena policial. Por um lado, essas perguntas podem ter uma função no modo como são construídas e negociadas as categorias acionadas na interação em estudo. Por outro lado, cabe investigar até que ponto pode ocorrer algum tipo de reformulação de assimetrias a partir do seu uso no discurso do cinegrafista amador, considerando também as respostas oferecidas pelos policiais. Stivers e Hayashi (2010) indicam que é possível identificar diferentes graus de cooperação ou resistência por parte de quem responde a um pergunta. Analisaremos, portanto, o quanto os policiais são cooperativos com Vitor para compreender a distribuição de poder nessa interação.

No excerto a seguir, observaremos a primeira pergunta que Vitor direciona aos policiais nessa interação e a resposta fornecida pelos agentes.

EXCERTO 9

59	ROBERTO	[segura aí]
60	JOÃO	[nós tamo aí mano] eu tô respeitando
61		(.)
62	LUÍS	↑ah tá respeitando ninguém
63		(.)
64	LUÍS	não tá respeitando ninguém. ((*puxa o braço de*
65		*João e começa a algemá-lo*))
66	VITOR	você achou ele com alguma coisa pra tu [tá
67		fazendo i-] com esses atos as↑sim?
68	RENAN	[>desobediência<]
69		(.)
70	RENAN	((*vira-se para Vitor*)) desobediência

[18] Do original: "What is it that we do when we ask questions?".
[19] Do original: "Why don't you come and see me sometimes?".
[20] Do original: "Would you like a cup of coffee?".
[21] Do original: "Why is it that we have to go there?".
[22] Do original: "Is Judy there?".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

(Fig. 7: imagem da linha 69) **(Fig. 8: imagem da linha 70)**

```
71   LUÍS      °desobediência°
72   VITOR     ele não encostou (no aparelho) ele só tirou o
73             celular do [bolso vocês-]
74   RENAN                [desobediência, <resistência>]
75   LUÍS      °resistência°
76   RENAN     <<RESISTÊNCIA>>
77             (0.8)
78   RENAN     <DESOBEDIÊNCIA> anota aí
79             (1.0)
80   RENAN     desobediên[cia]
81   VITOR                [nã]- [ELE NÃO TE ENCOSTOU] TU JÁ CHEGOU
82             ENGRAVATANDO ELE.
83   RENAN                      [°dá a mão dá a mão°]
84   JOÃO      (pô negão) manda ele me soltá=
85   LUÍS                                    = <DÁ A MÃO>
86             (.)
87   LUÍS      [<DÁ A MÃO>]
88   JOÃO      [calma aí irmão] eu vou soltá
89             (.)
90   LUÍS      DÁ A MÃO ((Luís tenta puxar a outra mão de João para
91             juntar à que já está algemada))
```

Segundo Lee (2013:423), há uma expectativa de que o destinatário da pergunta tenha mais conhecimento a respeito do que foi perguntado que o falante, o que não se confirma neste caso. Com um olhar mais atento para a questão elaborada por Vitor aos policiais (`você achou ele com alguma coisa pra tu [tá fazendo i-] com esses atos as↑sim? -` linhas 66 e 67), no contexto em que ocorre, percebemos que não se trata de um pedido de informação porque, poucas linhas depois, o rapaz explicita seu conhecimento a respeito do que aconteceu ao longo da abordagem (`ele não encostou (no aparelho) ele só tirou o celular do [bolso vocês-]-` linhas 72 e 73).

No vídeo, o cinegrafista indica que estava acompanhando o seu amigo desde o início do encontro da polícia com o jovem que agora está sendo algemado (`[nã]- [ELE NÃO TE ENCOSTOU] TU JÁ CHEGOU ENGRAVATANDO ELE.-` linhas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

81 e 82). Portanto, vemos que essa pergunta cumpre outras funções dentro dessa interação, que vão além de uma simples solicitação de uma informação desconhecida pelo falante, pois Vitor atua como um jornalista, mas também como uma testemunha de defesa de João.

Primeiramente, é possível afirmar que Vitor está se comportando como um jornalista, que solicita informações não para suprir uma lacuna no seu estoque de conhecimentos, mas a fim de que as respostas sejam gravadas para atingir uma audiência projetada. Levinson (2000) postula um princípio (*Q-principle*): os falantes não devem fornecer uma declaração que seja "menos informativa do que o seu conhecimento de mundo permita fazer" (p.76). Porém, em muitos casos, uma pessoa pergunta algo que já sabe, porque há uma orientação institucional que justifica tal ação, como em contextos jurídicos ou midiáticos (Steensig e Larsen, 2008; Stokoe e Edwards, 2008). Vitor emula esse tipo de orientação, ao fazer perguntas cujas respostas já sabe, mas que não são de conhecimento do público que assistirá ao vídeo, uma vez que dizem respeito a um momento anterior ao início da gravação. Assim como um jornalista, ele oferece às pessoas que assistirão ao registro a oportunidade de saberem o que aconteceu por meio da resposta solicitada aos policiais.

Mas também é possível perceber que essa é uma estratégia que visa a denunciar o que os policiais estão fazendo porque a pergunta elaborada por Vitor envolve uma pressuposição. Se eles dissessem que não encontraram nada, segundo a lógica do próprio Vitor, não teriam nenhuma justificativa para agirem como estão agindo (você achou ele com alguma coisa pra **tu [tá fazendo i-] com esses atos as↑sim?** - linhas 66 e 67 – grifo nosso). Sua fala indica que os agentes só poderiam desenvolver esse tipo de interação física, se tivessem encontrado algo que incriminasse João, como drogas ou armas, por exemplo.

Dentre os fatores que levam alguém a considerar uma ação injusta, Mikula (2003) afirma que está a percepção de insuficiência de justificativas para tal violação. Portanto, a sua pergunta serve de base para a construção do entendimento de uma injustiça. O próprio status epistêmico de Vitor contribui também para interpretarmos sua pergunta como não sendo somente um pedido de informação. Afinal, como aponta Hayano (2013:410), se o falante está em uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

posição de K+, ou seja, de quem tem mais conhecimento que outros sobre o que se diz, seus enunciados formatados como perguntas tendem a ser reconhecidos como críticas ou desafios ao interlocutor.

De fato, como afirmaram Steensig and Drew (2008:7), "realizar uma pergunta não é algo inocente a se fazer"[11]. A ação de Vitor é potencialmente disafiliativa por diversos motivos: sua pergunta é sobre o que os destinatários fizeram; seu conhecimento da resposta para a pergunta é evidente para os interlocutores presentes na cena física; e ele não usa nenhum prefácio ou *account*, por exemplo, para mitigar o potencial ofensivo do questionamento. Nesse sentido, observamos uma redução na assimetria dessa relação porque as perguntas disafiliativas não são feitas geralmente porque quem possui menos poder na interação (cf. Egbert e Vöge, 2008).

O simples ato do cidadão de produzir uma pergunta já demonstra também que os participantes da interação estão atuando num quadro menos assimétrico porque perguntas exigem respostas. Nos termos de Lee (2013:423), "as fazerem perguntas, as pessoas assumem que têm o direito de fazê-las, e que os destinatários tem o dever de responder"[12]. Na perspectiva da Análise da Conversa, essa é a primeira parte de um par adjacente. Se for um convite, por exemplo, então o destinatário deverá responder com a segunda parte adequada para esse par: aceite ou recusa. Nesse contexto, o falante impõe ao outro uma necessidade de completar o par. Assim, não é qualquer um em qualquer circunstância que fará uma pergunta. A respeito dessas relações de poder, Stivers e Hayashi (2010:1) afirmam:

> Fazer uma pergunta cria limitações significativas para o que o destinatário pode fazer depois, e, nesse sentido, coloca quem pergunta em uma posição de mais poder. De fato, Sacks (1992a:54) observa que na conversa, 'a buscar de passar à condição de quem pergunta significa algo importante que os indivíduos tentam fazer (...). Quando uma pessoa está na posição de realizar as perguntas, então, em parte, essa pessoa tem o controle da conversa'[13].

[23] Do original: "Asking a question is not an innocent thing to do".
[24] Do original: "By asking a question, questioners propose that they are entitled to ask it, and that respondents are correspondingly obligated to respond".
[25] Do original: "Asking a question places significant constraints on what the recipient does next, and in this way places the questioner in an interactionally powerful position. Indeed, Sacks (1992a:54) observes that in conversation, "the attempt to move into the position of questioner

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

Considerando especificamente a fala-em-interação em contextos institucionais, Drew e Heritage (1992), observam uma restrição das atividades que podem ou devem ser desempenhadas por "profissionais" e por "leigos", de modo que os participantes da conversa precisam se manter atentos aos seus direitos e deveres dentro dessas configurações. Um exemplo típico do que nem todos podem ou devem fazer são as perguntas. Diversos estudos demonstram que, em geral, os profissionais costumam perguntar, enquanto cabe aos leigos dar respostas.

Quem está na categoria de professor (Nakamura, 2010), médico (Frankel, 1990) ou jornalista (Clayman e Heritage, 2002), por exemplo, costuma perguntar, enquanto quem ocupa a categoria de aluno, paciente ou entrevistado frequentemente formula apenas respostas. Por isso, quando um paciente, por exemplo, deseja fazer uma pergunta, em geral, solicita, primeiramente, uma autorização ao médico ("Doutor, posso fazer uma pergunta?"). Na esfera jurídica, o direito de questionar é concedido aos profissionais como os advogados (Atkinson e Drew, 1979) e os policiais (Komter, 2005), enquanto cabe aos suspeitos e às vítimas, geralmente, a obrigação de responder. No entanto, no caso do vídeo que estamos analisando aqui, o cidadão é quem pergunta e os policiais respondem, ocorrendo uma ruptura no padrão interacional que se desenvolve tipicamente nesse contexto. Portanto, na medida em que o morador da comunidade opera como jornalista, ocorre, de fato, uma nova distribuição de poder entre os participantes dessa interação.

Cabe analisar ainda o formato da pergunta elaborada por Vitor. Quando uma pessoa apresenta uma questão à outra, não apenas impõe limitações à ação que o destinatário deve produzir na sequência (Schegloff, 1968), mas também ao formato do turno seguinte (Stivers e Hayashi, 2010). Se o falante pergunta para o seu interlocutor se ele prefere isso ou aquilo, seria inesperado que o destinatário respondesse "sim", por exemplo. Há uma expectativa normativa de que sua resposta seja uma das alternativas apresentadas no turno anterior. Na fala de Vitor, encontramos uma pergunta polar do tipo "sim" ou "não". Esse formato é ainda

seems to be quite a thing that persons try to do (...) As long as one is in the position of doing the questions, then in part one has control of the conversation".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

mais impositivo que outros possíveis, na medida em que dispõe como relevantes apenas duas possibilidades de resposta para os policiais.

Contudo, é imprescindível analisar ainda a resposta que é fornecida pelos policiais Renan e Luís. Assim como analisamos o formato dessa pergunta e suas implicações, cabe examinar também o formato da resposta fornecida pelos agentes. Embora seja mais comum que os destinatários respeitem o formato das perguntas a eles direcionadas (Stivers e Hayashi, 2010:2), Renan e Luís não o fazem. Koshik (2005:10) afirma: "perguntas do tipo *sim/não* parecem ser especialmente produzidas gramaticalmente em um formato que prefere respostas que contém uma das alternativas, *sim* ou *não*"[14]. No entanto, os policiais fornecem uma reposta despreferida (Pomerantz, 1978, 1984; Sacks, 1987) e fazem isso sem nenhum prefácio ou *account*. Respostas como essa geralmente apresentam algum esforço de mitigação do seu potencial disafiliativo (Schegloff 1988b, 1995b), no entanto não é o que vemos na fala dos policiais.

Primeiramente, Renan responde que houve "desobediência" (palavra repetida nas linhas 68, 70, 71, 74, 78 e 80) e acrescenta ainda que houve "resistência" (palavra repetida nas linhas 74 e 76). Luís repete os motivos apresentados por seu colega (`°desobediência°` – linha 71; `[°resistência°]` – linha 75). Trata-se de uma resposta transformativa, ou seja, que (dis)confirma uma questão diferente da que foi apresentada (Stivers e Hayashi, 2010). Não há confirmação nem negação se algo foi achado com João, mas uma resposta que apresenta outro motivo para a sua condução à delegacia. Sem responder diretamente ao questionamento de Vitor, como quem faz um depoimento numa delegacia de polícia, Renan, declara os motivos da detenção (*resistência* e *desobediência*). Essa informação aponta para a correção do desempenho do policial, a legalidade de suas ações.

O tipo de contribuição oferecida pelos policiais ao fornecerem essa resposta reforça a semelhança do vídeo com o jornalismo, pois as respostas transformativas são comuns em entrevistas jornalísticas, já que as perguntas dos jornalistas também colocam os entrevistados, frequentemente, em uma posição desconfortável (Clayman & Heritage, 2002). Ao analisarem esse tipo de resposta, Stivers e Hayashi (2010) destacam que, em certos casos, os destinatários mudam

[26] Do original: "Yes/no questions seem especially likely to be designed grammatically to prefer answers which embody one of the two alternatives, yes or no".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

apenas os termos da pergunta, mas, em outros mais resistentes, chegam a mudar também a sua agenda, o que acontece no discurso de Renan e Luís. A respeito dessa diferença, os autores comentam: "enquanto respostas que transformam os termos ainda funcionam para confirmar a questão proposta, respostas que transformam a agenda funcionam como uma fuga à questão"[15] (p.22). De fato, a resposta dos policiais é evasiva, evidenciando um problema com o foco da pergunta e não apenas com seu formato.

Mais que isso, eles não aceitam o pressuposto de Vitor de que, para o rapaz ser preso, algo teria de ser achado com ele. Nesse sentido, os policiais escolhem justificar de outra forma a condução do rapaz à delegacia, usando, para isso, categorias legais (desobediência e resistência). Segundo Lee (2013:430), nos tribunais, onde as respostas transformativas também são frequentes, as testemunhas também resistem, em certos casos, a pressuposições que possam prejudicá-las. A rejeição de um pressuposto que subjaz à pergunta demonstra um nível particular de resistência (Stivers e Hayashi, 2010:20), pois o formato, a agenda e a pressuposição que a compõem são tratados como inválidos.

Como Vitor reage a esse tratamento dado à questão que ele levanta? Vemos que ele passa a se orientar pela agenda dos policiais, debatendo o ponto que eles levantam: o comportamento de João. Stivers e Hayashi (2010:21) afirmam: "Os destinatários que tentam cooperar parcialmente nem sempre são bem-sucedidos. O sucesso depende de quem perguntou aceitar a transformação"[16]. Nesse sentido, pode-se afirmar que os policiais foram bem-sucedidos na sua tentativa de mudar o foco da interação. Vitor, de imediato, aceita a transformação e passa a discutir se seu amigo foi ou não desobediente e resistente às ordens dos policiais (`[ele não encostou (no aparelho) ele só tirou o celular do [bolso_vocês-]` – linhas 72 e 73; `[nã]- [ELE NÃO TE ENCOSTOU] TU JÁ CHEGOU ENGRAVATANDO ELE.` – linhas 81 e 82). Inicialmente, ele não insiste na agenda de sua pergunta.

No entanto, nas linhas 151 e 152, presentes no excerto que exibiremos a seguir, o rapaz retoma o seu projeto, questionando os policiais novamente a

[27] Do original: "Whereas term-adjusting answers still work to confirm the question put, agenda-adjusting answers work to evade the question".
[28] Do original: "Question recipients who attempt to cooperate partially do not always succeed. Success hinges on the questioner accepting the transformation".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

respeito do que encontraram com Vitor para justificar a condução do seu amigo à delegacia. Observe o segmento da interação abaixo.

EXCERTO 10

```
148  JOÃO      [>pera aí<] tá me machu↑ca:ndo, mané
149             (.)
150  JOÃO      manda soltá aqui tá me machu↑ca:ndo [cara]
151  VITOR                                        [vocês] >acharam
152             com ele< alguma coisa?
153             (.)
154  ROBERTO   aí vai na moral vai na moral °irmão°
155             (.)
156  ROBERTO   (pode ir) na moral?
```

Cobrar respostas claras do interlocutor não é um movimento comum na conversa cotidiana, mas ocorre com frequência em contextos institucionais, como em entrevistas jornalísticas (Clayman e Heritage, 2002). No excerto 3, Vitor, como quem conduz uma entrevista para uma reportagem, repete sua pergunta, mesmo que muitos turnos depois, exigindo dos policiais uma resposta de fato para o que está questionando. A repetição da pergunta indica que a resposta ainda não satisfez as necessidades informativas ou o objetivo do falante. Assim, Vitor colabora para a construção da imagem dos policiais como a de quem está ocultando uma informação, o que pode fazer diferença para o julgamento das ações dos envolvidos.

No entanto, diferente do que vimos antes, os policiais não fornecem a segunda parte do par adjacente pergunta-resposta, alcançando, agora, o nível mínimo de cooperação. Após ninguém assumir o turno e haver um período de silêncio, Roberto se dirige a João, demonstrando estar mais focado agora no que acontece no contexto físico do que no contexto virtual (`aí vai na moral vai na moral °irmão°` - linha 154). Stivers e Hayashi (2010) afirmam: "respostas transformativas ajustam as questões de modo que possam ser respondidas"[17]. Portanto, as respostas transformativas ainda apresentam algum grau de cooperação. Nesse excerto, porém, não há nenhuma resposta dos policiais, ou seja, sua contribuição é nula.

[29] Do original: "Transformative answers work to adjust the question so that it can be answered".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

Assim, vemos que, embora haja um quadro menos assimétrico nessa interação, os policiais ainda se comportam como quem tem direitos, como, por exemplo, o de não responder, caso não queiram. Eles respondem como e quando desejam. O mesmo se observa no excerto a seguir.

EXCERTO 11

```
169  LUÍS      [isso aí, filma isso aí]
170  JOÃO      [que isso rapá tá me] prendendo sou <trabalhador>
171            mano
172            (.)
173  RENAN     filma isso aí=
174  JOÃO                    = ô não fiz nada >mano< tô saindo do
175            beco tranquilão tá <maluco> rapá
176  VITOR     ele te xingou ele?
177            (.)
178  VITOR     ô cidadão ele te xingou?
179            (.)
180  VITOR     ele não te xingou
181            (.)
182  ROBERTO   filma filma então [filma]
183  VITOR                       [TÔ FIL↑MANDO]=
184  ROBERTO                                    =isso aí vai
185            filmando
186  LUÍS      na hora que ele xinga os outros você não filma=
187  VITOR                                                  =ele
188            NÃO TE XINGOU
189  LUÍS      ah é=
190  VITOR          =<só meteu a mão no bolso pra tirá os pertence
191            dele> [<ele só meteu a mão no bolso pra tirar os
192            pertence dele>]
193  LUÍS            [na hora que ele tira pra xingá os outros tu
194            não filma]
195  VITOR     ele só meteu a mão no bolso pra tirá os pertence dele
196            [mais nada]
197  JOÃO      [vamo ali] comigo
198            (.)
209  JOÃO      vamo ali comigo
200            (.)
201  JOÃO      [calma aí mano eu não fiz nada]
202  VITOR     [ow deixa ele chamar alguém pra] ir acompanhá ele até
203            a delegacia
```

Neste excerto, mais uma vez, vemos que há, inicialmente, uma recusa de resposta por parte dos policiais. O esperado seria que houvesse a segunda parte do par adjacente, após a pergunta de Vitor na linha 176 (`ele te xingou ele?`), porém eles não assumem o turno seguinte. Logo, vemos que os policiais são, mais uma vez, muito pouco cooperativos com o cidadão-repórter. No entanto, Vitor evidencia a ausência da segunda parte do par quando repete a pergunta (ô

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

cidadão ele te xingou? – linha 178) e quando, após mais uma pausa sem ninguém assumir o turno, oferece uma resposta no lugar dos seus interlocutores (ele não te xingou – linha 180).

Mais uma vez, o cinegrafista amador demonstra seu conhecimento sobre aquilo que questiona, o que ratifica a hipótese de que suas questões não são pedidos de informação, como podem parecer de início. Nesse sentido, trata-se, novamente, de uma pergunta retórica. A respeito de questões desse tipo, Koshik afirma (2005:2): "tais perguntas não são feitas, nem entendidas pelos participantes da interação como as ordinárias solicitações de informações, mas como algum tipo de reclamação ou afirmação, como uma afirmação do oposto daquilo que a pergunta coloca em questão[18]". Quando alguém pergunta, por exemplo, "Não foi muito estranho o que ele disse?", pode estar afirmando que foi estranha a colocação do outro. A pergunta retórica, portanto, usa uma estrutura de negação para afirmar, ao passo que não usa tal estrutura quando deseja de fato construir uma ideia negativa. Quando Vitor pergunta, por exemplo, "Ele te xingou?", parece querer dizer "ele não te xingou".

No caso de Vitor, sua pergunta apresentada neste excerto tem o mesmo propósito das que já analisamos neste capítulo: mostrar à audiência projetada que não havia nenhum motivo concreto que pudesse justificar a condução de seu amigo à delegacia da maneira como está ocorrendo. Assim como ele usa uma pergunta para sugerir antes que nada ilegal foi achado com seu amigo, agora ele usa outra para indicar que não houve nenhum desacato.

Algumas linhas depois, Luís responde, de certo modo, a essa questão proposta (na hora que ele xinga os outros você não filma= - linha 159). O policial não respeita o formato da pergunta feita por Vitor, que, mais uma vez era polar, exigindo como resposta um "sim" ou um "não". No entanto, ele valida a agenda da pergunta do morador: se houve ou não um xingamento direcionado aos policiais por parte de João.

[30] Do original: "they are not asked, and are not understood, as ordinary information-seeking questions but as making some kind of claim, or assertion, an assertion of the opposite polarity to that of the question".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

Trata-se, mais uma vez, de uma resposta transformativa, porém, menos resistente, pois não ocorre uma mudança tanto nos termos quanto no projeto da pergunta feita por Vitor. Quanto a essa distinção, Stivers e Hayashi (2010:20) comentam: "as transformações da agenda parecem ser mais resistentes às perguntas que os ajustes no seu formato, no sentido de que a pergunta é tratada como mais válida se a agenda é tratada como válida"[19]. Vemos, portanto, que o grau de resistência ou cooperação dos policiais varia a todo tempo nessa interação, mas nunca é pleno.

O objetivo do policial, nesse sentido, é o de colaborar para a construção de uma imagem negativa de João. Após já ter sido acusado de desobediência e resistência, agora ele é acusado também de desacato. Porém, na medida em que há uma submissão à agenda da pergunta de Vitor, pode-se afirmar que há, de certo modo, uma colaboração com o projeto do vídeo, conduzido pelo morador da comunidade.

Esse jogo de perguntas e respostas nos parece especialmente relevante para a análise do empoderamento do cidadão, munido de uma câmera, que decide fazer um vídeo de denúncia. Há um embate por poder visível no nível micro. De um lado, vemos que Vitor assume que tem o direito de fazer perguntas; faz perguntas polares, altamente restritivas; não usa nenhuma Unidade de Construção de Turno (UCT) como prefácio ou *account* para atenuar o potencial desafiliativo das ações veiculadas por essas questões; e exige respostas, em certos momentos interacionais, repetindo as perguntas e respondendo no lugar dos seus interlocutores. Por parte dos policiais, vemos ainda que Luís se submete à agenda de uma das perguntas elaboradas pelo cinegrafista amador, ainda que tente usá-la com um propósito diferente do que o que morador tem.

Por outro lado, vemos que os policiais ainda controlam o quê e quando vão responder. Eles constroem respostas transformativas e, em certos casos, nem oferecem resposta alguma. Por parte de Vitor, observamos ainda que, em certo momento, ele cede à nova agenda colocada pelos policiais na interação, abrindo mão, pelo menos provisoriamente, do projeto da sua pergunta e discutindo o ponto

[31] Do original: "Agenda transformations appear to be more resistant to the question than are turn design adjustments, in the sense that a question is treated as more valid if its agenda is treated as valid".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA

levantado pelos policiais. Portanto, observamos que há, de fato, um empoderamento do cidadão, ao atuar como um repórter, mas ainda há uma relação assimétrica, pois os policiais também afirmam o seu lugar de autoridade na conversa de diversas maneiras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412306/CA